

# **MONITORANDO**

# **O FMI**



## **A LÓGICA PERVERSA DO ACORDO COM O FMI<sup>1</sup>**

Alex Jobim Farias<sup>2</sup>; Pedro Quaresma<sup>3</sup>  
e Júlio Miragaya<sup>4</sup>

Em dezembro de 2003 encerra-se o acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), firmado em novembro de 1998 e renovado em 2001 e 2002, todos no governo de Fernando Henrique Cardoso. O atual governo avalia a oportunidade de assinar um acordo mais uma vez. Os defensores da assinatura de um novo acordo argumentam que não há outro caminho, pois sem o aval do Fundo, os investidores não teriam segurança em investir ou manter seus investimentos no Brasil. Ademais, dizem, o Brasil precisaria do dinheiro do FMI para fazer face aos seus compromissos externos em 2004. Dessa forma, fica claro que a renovação do Acordo não tem como objetivo melhorar o desempenho da economia nacional e, conseqüentemente, as condições de vida da população brasileira, mas sim atrair a confiança do “mercado”. Mas não tem sido outra coisa que o país tem feito nos últimos anos, ou seja, agradar o mercado financeiro em detrimento da economia produtiva e dos trabalhadores.

O Acordo com o FMI não é somente disponibilização de dinheiro, mas o compromisso do governo de implementar políticas que atendam aos interesses dos investidores, mesmo que em detrimento dos interesses do país. Há anos a economia brasileira vem apresentando desempenho sofrível devido à opção de nos subjugarmos às chantagens do “mercado”, em busca de uma suposta estabilidade. Mas que estabilidade é esta, com a maior taxa de desemprego de nossa história, com a queda contínua da renda dos trabalhadores e com o atual nível de violência urbana?

É preciso fugir desta lógica perversa. No período janeiro/agosto de 2003, não obstante o superávit primário do setor público ter sido de quase 5% do PIB, o déficit nominal chegou a 5,3%, pois os gastos com juros da dívida pública atingiram nada menos que R\$ 102,4 bilhões, 68% a mais que os gastos com juros no mesmo período de 2002. Tal valor corresponde a 10,2% do PIB ou cerca de 30% da receita fiscal dos três níveis de governo.

## **Conseqüências**

A assinatura de Acordos com o Fundo Monetário Internacional, e, conseqüentemente, a adoção do receituário das políticas econômicas recomendadas pelo Fundo têm invariavelmente resultado no aprofundamento da recessão e na inviabilização dos projetos nacionais soberanos de desenvolvimento. A crise social sem precedentes vivida recentemente pela Argentina é o caso mais emblemático do fracasso das políticas econômicas liberais nos países em desenvolvimento. Desde 1998, o Brasil tem recorrentemente assinado Acordos com o FMI, e como resultado das políticas econômicas aplicadas ao país, se encontra desde então com a economia praticamente estagnada.

As políticas econômicas dos Acordos com o FMI têm se caracterizado pela combinação das seguintes medidas: (a) o ajuste nas contas públicas, com a fixação de metas elevadas de superávit primário (diferença entre receitas e despesas, excetuando as despesas financeiras); (b) controle da inflação a partir do programa de metas inflacionárias (utilização das taxas de juros como mecanismo de garantir o alcance de metas de inflação fixadas e anunciadas pelo Banco Central).

Ambas estas políticas têm contribuído para o grave quadro recessivo da economia brasileira. O superávit primário, pelo fato de que privilegia as despesas financeiras em detrimento dos investimentos públicos e demais despesas do Orçamento Público, inviabilizando o investimento público ne-

cessário para o projeto nacional de desenvolvimento. As metas inflacionárias, porque obrigam o governo a elevar as taxas de juros da dívida pública, aumentando as despesas financeiras do governo, e comprometendo o crédito, o consumo e o investimento privado.

Os mais recentes resultados apresentados pela economia brasileira vêm comprovar a temeridade de se renovar o Acordo com o FMI. Como resultado da retração dos investimentos acentuada pela política monetária, vários indicadores econômicos relativos à atividade econômica têm apresentado uma piora sensível em 2003 em relação a 2002. Em primeiro lugar, temos os índices de desemprego. Em agosto, a taxa de desemprego do IBGE atingiu 13% contra 11,7% em agosto de 2002. De forma semelhante, comparando o período janeiro-julho, o rendimento médio do trabalho caiu 11% e a produção da indústria de transformação apresentou uma queda de 0,5% em 2003 em relação a 2002. Estes resultados podem ser atribuídos claramente à política monetária, dado que tanto a produção industrial como os índices de desemprego ensaiavam uma recuperação no primeiro trimestre de 2003, tendência claramente revertida a partir do mês de maio, quando, com o intuito de conferir “credibilidade” ao mercado financeiro e ao programa de metas inflacionárias, o Banco Central passou a diminuir as taxas de juros em um ritmo muito inferior ao da queda das taxas de inflação. Além disso, a maior queda da produção industrial se deu no setor de bens de capital (máquinas e equipamentos), confirmando assim a crônica paralisação dos investimentos.

O superávit primário é justificado pelo FMI como uma forma de reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB. Ocorre que nem isto está sendo alcançado, apesar dos elevados superávits primários obtidos pelo setor público. Em agosto, a dívida líquida do setor público alcançou atingiu R\$ 891,335 bilhões, ou seja, 57,7% do PIB, contra 57,2% em julho e 56,5% em dezembro/02. No entanto, o superávit primário, que representa a parcela das receitas do setor público não converti-

da em serviços públicos para a população, acumulou, entre janeiro e agosto, R\$ 49,3 bilhões (4,91% do PIB), comparativamente a R\$37,4 bilhões (4,41% do PIB) em igual período de 2002.

Ao contrário das despesas orçamentárias, as despesas financeiras não são limitadas pelos Acordos com o FMI. Assim sendo, entre janeiro e agosto de 2003, o setor público efetuou o pagamento de R\$102,4 bilhões (10,2% do PIB) em juros nominais e R\$155,7 bilhões (10,53% do PIB) nos doze meses desde que o Acordo foi assinado. Este desembolso é, portanto, muito superior ao do mesmo período de 2002, quando o pagamento efetuado em juros nominais foi de R\$ 60,7 bilhões (7,17% do PIB). Assim sendo, cabe destacar que, ao contrário do que é alardeado, o setor público apresenta um déficit crescente no resultado entre as receitas e as despesas. O déficit nominal, que no período entre janeiro e agosto de 2002 era de 2,75% do PIB, alcançou 5,29% no mesmo período em 2003. Considerando os doze meses em que o Acordo está em vigor, o déficit acumulado foi de 5,74%.

Desta forma, o Orçamento Público é o maior prejudicado pelo Acordo com o FMI. Em primeiro lugar, pelo fato de que os recursos públicos estão sendo destinados preferencialmente para o pagamento dos juros ao mercado financeiro. Somando-se a isto, temos o contingenciamento de recursos efetuado pelo Governo Federal. Assim como havia sido feito em fevereiro de 2003, por ocasião da elevação da meta de superávit primário acordada com o FMI, o Ministério do Planejamento anunciou um novo corte de recursos dos diferentes ministérios, devido à queda da arrecadação, nos meses de julho e agosto, sobretudo do IPI, imposto de importação e CPMF, impostos extremamente correlacionados ao nível da atividade econômica. Assim sendo, o total das despesas de custeio e investimento do governo federal, que era de R\$ 62 bilhões na Lei Orçamentária aprovada para 2003 passou a R\$ 48,3 bilhões, após as revisões ao longo do ano.

Como consequência das políticas fiscais e monetárias, te-

mos observado, portanto, uma clara transferência de renda para o setor financeiro da economia, em detrimento do que havia sido a tônica do debate político-eleitoral de 2002, em que a população colocou claramente o desejo de mudança e de reorientação da política econômica do setor financeiro para o setor produtivo, gerador de empregos e renda. Tomando como exemplo os lucros divulgados pelos principais bancos do país no primeiro semestre de 2003, podemos compreender a gravidade da situação. Segundo os balanços destas instituições, os lucros do setor bancário atingiram R\$ 6,1 bilhões, ou seja, apresentaram um crescimento de 11,8% em relação ao mesmo período. Somente o Itaú apresentou um lucro de R\$ 1,49 bilhão (crescimento de 42,24% em relação a 2002), enquanto o Bradesco teve um lucro de R\$ 1,03 bilhão (crescimento de 13,6%). Somados os lucros de apenas estes dois bancos, temos a quantia de R\$ 2,52 bilhões, um valor superior ao do orçamento público destinado à infra-estrutura no mesmo período (R\$ 2,32 bilhões).

Finalmente, a renovação do Acordo com o FMI só faria algum sentido diante das necessidades no Balanço de Pagamentos. No entanto, a estagnação da economia tem contribuído claramente para a melhora nas contas externas e a obtenção de saldos recordes na balança comercial, a ponto de o próprio presidente Lula ter admitido em pronunciamento a investidores financeiros em Nova Iorque (antes de anunciada a celebração de um novo acordo) que o país estava em condições de dispensar os recursos do Fundo. Cabe lembrar que os recursos do Fundo não têm se traduzido em benefícios para o país, mas na garantia de que os ganhos financeiros da especulação global com a dívida pública (em reais) possam ser convertidos em dólares e remetidos ao exterior (em dólares).

## **Espaço para avanços**

Um dos argumentos do Governo é que ele exigirá melhores condições no Acordo, ou seja, vai negociar alguns avanços, como a não classificação dos investimentos das empresas estatais como gastos do Governo (uma caracterização realmente absurda) e também a inclusão de algumas cláusulas sociais. Trata-se de uma típica tentativa de se “dourar a pílula”. Mas se o FMI aceitasse estas condições, estaria tudo resolvido? Obviamente não, pois o essencial para o FMI está sendo mantido: as famosas condicionalidades. As autoridades governamentais, quando eram oposição, faziam uma caracterização crítica do papel do FMI no mundo atual. Teria o Fundo mudado? Vejamos a descrição deste processo.

A decisão de se criar o Fundo Monetário Internacional (juntamente com o Banco Mundial e a Organização Internacional do Comércio, posteriormente Gatt e recentemente OMC) foi tomada em 1944 na famosa Conferência de *Bretton Woods* (EUA), tendo sido as duas primeiras das três instituições implantadas em 1947. A função básica do Fundo era zelar pela manutenção da estabilidade das taxas de câmbio, socorrer países com desequilíbrios no balanço de pagamentos e garantir a provisão de liquidez, quando necessário. Mas, passado meio século, o quadro mundial sofreu profundas alterações. O cenário atual é o de persistência da crise global do sistema capitalista, que se arrasta desde a década de 1970. Ela se caracteriza pela financeirização crescente das relações econômicas e pelo estrangulamento da economia real; tem como eixo a ofensiva do capital financeiro e das corporações contra os direitos sociais e trabalhistas dos povos de todo o mundo, com o objetivo de reduzir ainda mais o custo do fator trabalho. Neste cenário, os Estados Unidos assumem o papel de impositor da nova ordem, pisoteando o direito internacional e a soberania das nações e ameaçando o sistema multilateral de governança global, já recheado de imperfeições.

E qual tem sido o papel do Fundo neste contexto? Na prática, ele deixou de ser um organismo multilateral voltado para a defesa da paridade cambial, o socorro aos países com graves

desequilíbrios externos e para a questão da liquidez internacional e tornou-se uma agência do capital financeiro, dos credores internacionais e do Tesouro norte-americano. Dedicou-se a impor programas de ajuste estrutural aos países periféricos que com ele fazem acordo e a *recomendar* políticas macroeconômicas de inspiração invariavelmente recessiva, direcionadas para o atendimento dos interesses estritamente corporativos dos bancos e trustes e absolutamente incompatíveis com as necessidades de crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda.

### **Alternativas**

Um país como o Brasil, dada a gravidade das questões sociais que precisa resolver, necessita de um projeto nacional de desenvolvimento com políticas alternativas às que vêm sendo propostas pelo Fundo. O projeto soberano de desenvolvimento, em sintonia com a política externa de afirmação desempenhada pelo governo Lula, exige que as políticas econômicas (fiscal, monetária e comercial) sejam formuladas autonomamente, sem a ingerência do Fundo Monetário Internacional.

Neste sentido, só devem ser consideradas aceitáveis as metas que sejam definidas com a sociedade brasileira, almejando o projeto nacional de desenvolvimento. Metas que visam o superávit primário ou taxas de inflação isoladamente não contribuem para aquele projeto, antes o tornam inviável. Na verdade, como pudemos observar ao longo dos últimos anos, a estabilidade de preços não tem se concretizado no desenvolvimento, ao contrário do que prometiam aqueles que defendem o FMI.

Torna-se assim cada vez mais evidente: o que é de fundamental importância para dar estabilidade ao desenvolvimento é a retomada dos investimentos. E esta retomada só ocorrerá a partir de uma política pública voltada para este fim. Não há crescimento econômico sem reativação da demanda e sem investimento produtivo. E não há investimento produtivo sem ampliação do crédito. O crédito é o instrumento eco-

nômico que permite a antecipação dos recursos monetários, possibilitando a ocorrência das transações necessárias para que se possa realizar a produção e o consumo. Em um país com altas taxas de desemprego e com a produção estagnada, a acessibilidade ao crédito favorece a trajetória para o funcionamento pleno da economia, a ampliação da riqueza e o desenvolvimento social e econômico. Um país como o Brasil não pode manter uma relação crédito produtivo/PIB tão irrisória (27%, contra 70% no Chile 110% nos EUA, e 160% na Alemanha). A retomada do desenvolvimento passa, ainda, pelos investimentos em infra-estrutura, empregadores de força de trabalho e garantidores de um melhor ambiente econômico para a ampliação dos investimentos.

Além disso, a priorização do financiamento interno se constitui num importante instrumento de promoção da soberania econômica. A história recente do Brasil nos permite concluir que a vulnerabilidade externa decorrente da centralidade da necessidade de divisas tem figurado ao longo dos anos como um dos principais obstáculos ao livre desenvolvimento do país. Se o país deseja se empenhar em um processo soberano de desenvolvimento, é necessário estimular as transações em moeda nacional, que não pressionem o balanço de pagamentos, dispondo das divisas (dólares) para adquirir aquilo que for estritamente necessário para o país, como, por exemplo, os produtos cuja tecnologia ainda não somos capazes de produzir. E um processo de desenvolvimento autônomo deve incluir ainda, obviamente, o estímulo a uma ciência e a tecnologia dominadas e desenvolvidas internamente, reduzindo assim nossa dependência externa.

Portanto, é necessária a ação do Banco Central para que se amplie o crédito, o que passa pela confrontação dos interesses daqueles que lucram com a dívida pública. Com a ampliação do crédito, a política monetária poderia, assim desempenhar sua verdadeira função, que é garantir a circulação da produção e da renda, e não a sua acumulação e concentração, como as elevadas taxas de juros têm propiciado. Diante do descalabro das finanças públicas é indispensável

discutir a fixação de um teto para o gasto orçamentário com as dívidas financeiras

Outra forma de política econômica é o controle de capitais. Esta medida, que vem sendo adotada em alguns países, sendo o caso mais recente o da Argentina, pode funcionar de diversas maneiras e tem um papel estratégico em uma economia global em que ocorre o predomínio hegemônico e político de uma divisa sobre todas as outras. Funciona, ainda, no sentido de conter a volatilidade cambial e os seus efeitos nocivos sobre a economia. Também neste caso, é indispensável discutir a fixação de um percentual máximo das exportações de capital para o serviço da dívida externa, ou ainda mais coerentemente, um percentual máximo do saldo da balança comercial para aquele serviço, induzindo os países credores a que diminuam significativamente suas barreiras comerciais.

Finalmente, cabe destacar que a não renovação do Acordo está profundamente associada à reorientação da política econômica e à necessidade de ampliação do debate franco e democrático de políticas alternativas, que visem a construção de um projeto soberano de desenvolvimento, capaz de conduzir à resolução dos graves problemas sociais do país e preservar a sintonia com os compromissos presentes no debate político que elegeu o presidente Lula. Não faria, portanto, o menor sentido deixar de renovar com o Fundo, mas continuar executando as políticas contidas em seu receituário, como a manutenção das elevadas taxas de superávit primário, ao longo do mandato do presidente Lula.

### **Condições políticas**

A atual política externa brasileira tem sido considerada o ponto alto do governo Lula até aqui. Posicionou-se contrária à guerra do Iraque e à política unilateral norte-americana de combate ao terror; tem tentado colocar a justiça social e o combate à fome e à miséria como temas prioritários em diversos foros internacionais (o *World Economic Forum* e a reunião do G-8,

em Evian, por exemplo); tem articulado os países em desenvolvimento no sentido de contrabalançar o poder dos países mais ricos, como no caso do G-3 (Brasil, África do Sul e Índia) e o G-22 (grupo de países em desenvolvimento interessados no avanço substancial das negociações em agricultura na rodada de Doha da OMC); tem procurado revitalizar a integração latino-americana, engajando recursos do BNDES na integração física com países fronteiriços, contrariando os EUA; tem tentando negociar uma Alca não abrangente, com o intuito de evitar a negociação de temas aos quais o Brasil é sensível; faz da aproximação de países africanos uma de suas prioridades. A visita a Cuba justamente no regresso de uma viagem aos Estados Unidos, sem tocar publicamente na questão da violação dos direitos humanos pelo regime cubano, serviu para a mídia carimbar, com o rótulo de independente, a política externa brasileira e realçar a sua diferença em relação à política externa do governo FHC.<sup>5</sup> Até agora, de fato, a política externa do atual governo tem feito justiça ao discurso anti-hegemônico do Presidente Lula no dia de sua posse:

“A democratização das relações internacionais **sem hegemônias de qualquer espécie** é tão importante para o futuro da humanidade quanto o desenvolvimento e consolidação da democracia no interior de cada estado.” (grifo adicionado)<sup>6</sup>

Quando se passa à comparação das respectivas políticas econômicas domésticas, no entanto, fica muito mais difícil, senão impossível, identificar qualquer sinal de ruptura substantiva entre os governos Lula e FHC. Mais do que isso, em certos aspectos, a política econômica do governo Lula tem sido mais ortodoxa que a de FHC, como mostra a adoção da meta de superávit primário de 4,25% do PIB. A renovação do acordo com o Fundo seria decorrência da manutenção do modelo econômico herdado do governo FHC, já que essa instituição tem sido o seu principal avalista. Levando-se em conta que o FMI é um dos principais agentes da hegemonia americana no plano econômico, é flagrante a contradição entre a orientação geral

anti-hegemônica da política externa do governo Lula e a renovação de um acordo com o FMI. Exige-se que a política econômica do governo Lula acompanhe a sua política externa quanto ao caráter de inovação que exhibe.

Votos não faltaram ao presidente Lula para tanto. Consagrado pela segunda maior votação obtida em regimes presidencialistas, não caberiam qualificações no que tange o clamor por mudanças que se expressou nas urnas. Tais qualificações, contudo, não somente foram feitas, como foram abraçadas por integrantes do governo que chegaram a afirmar que seria estelionato eleitoral se o Governo Lula não adotasse o continuísmo na política econômica. Um dos principais argumentos nesse sentido é de que a coalizão de esquerda que elegeu Lula não teria obtido assentos suficientes no Congresso para consolidar a ruptura. Bobagem. O atual governo precisou cooptar setores da direita justamente para implementar as reformas constitucionais pregadas pelo “mercado”, e é essa agenda que esgarça e sobrecarrega a articulação política de sustentação do governo, levando à reedição de vários vícios do atual sistema político brasileiro, como o troca-troca de partidos e a compra de votos. Constituições devem ser estáveis por definição e a quantidade de votos necessária para a sua modificação não pode ser considerada como pré-condição política de governabilidade.

Não é só da esquerda que se ouvem críticas à ortodoxia da política econômica do governo Lula. O empresariado nacional soma-se ao coro generalizado da sociedade brasileira por uma redução mais rápida das taxas de juros. Não é por falta de apoio doméstico, portanto, que a mudança de modelo econômico não foi implementada. O modelo econômico não foi mudado porque o atual governo optou pela sua manutenção, respondendo à crise de endividamento que vive o Brasil com a surrada política de conquista de confiança dos mercados financeiros internacionais. Em suma, ao ganhar as eleições, a cúpula petista substituiu a coalizão de alguns setores do empresariado com trabalhadores, que levou Lula à vi-

tória, por um pacto com a banca internacional<sup>7</sup>: políticas ortodoxas e reformas em troca do fim da especulação que elevou a cotação do dólar na virada do ano.

Já foi dito que a história não se repete a não ser como farsa. Infelizmente, esse não parece ser o caso brasileiro, que, ao que tudo indica, segue os passos da Argentina pré-crise ao não perceber que a política ortodoxa acaba por minar a política de conquista de confiança da qual é fruto: adota-se a austeridade fiscal para que se poupem recursos para o pagamento da dívida pública, que leva à recessão econômica ao inibir os gastos e investimentos públicos, a qual, por sua vez, leva à diminuição da arrecadação fiscal, a qual leva o governo em questão a praticar mais austeridade, que provoca mais recessão...é o círculo vicioso recessivo ortodoxo experimentado pela Argentina recentemente. Não há como satisfazer o *mercado* quando se adota essa política, porque ela não leva a estabilização da relação dívida pública/PIB

Hoje, a despeito do esforço de integração Sul-americana empreendido pelo governo Lula, parece haver uma grande distância entre os governos Lula e Kirchner. Isso prejudica a Argentina, porque o Fundo passou a exigir da Argentina que seguisse o exemplo de austeridade brasileiro. Ainda assim, Kirchner conseguiu negociar um acordo com o Fundo em que foi estabelecido um superávit primário de 3% do PIB em 2004 e nada mais de concreto para os anos posteriores (os credores e o FMI queriam uma meta mais ambiciosa para garantir o pagamento da dívida a ser reestruturada). Além disso, também resistiu a pressões do Fundo para estabelecer um cronograma de aumento das tarifas de serviços privatizados. Kirchner está certo, não quer sacrificar, em prol do pagamento da dívida argentina, o incipiente crescimento obtido e, visivelmente, descarta o modelo de conquista de confiança com a recusa de aumento das tarifas de serviços privatizados.

A crise do neoliberalismo na América Latina enseja a guinada do governo Lula na direção das verdadeiras mudanças.

Há apoio doméstico para tanto; as conseqüências do neoliberalismo já estão bem demonstradas pelas crises brasileira e argentina; a autoridade do FMI, principal instrumento da consolidação de políticas neoliberais, se viu abalada pela sua inépcia em solucionar a sucessão de crises internacionais iniciadas na Ásia em 1997, e essas mesmas crises também abalaram a crença dogmática na globalização como panacéia para o desenvolvimento econômico. Só falta a esse governo entender melhor o momento histórico em que vivemos e virar o leme na direção certa.

### **BOX**

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais<sup>1</sup> é uma rede de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Fundada em 1995, reúne atualmente 64 organizações<sup>5</sup> filiadas com o objetivo comum de acompanhar e intervir em questões relativas às ações de instituições financeiras multilaterais (IFMs) no Brasil, como o Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Fundo Monetário Internacional - FMI.

O conjunto de organizações filiadas inclui movimentos sociais, entidades sindicais, institutos de pesquisa e assessoria, associações profissionais e ONGs de todas as regiões do país, com atuação em âmbito local, regional e nacional. Essas organizações trabalham em diversos temas e setores das políticas públicas, como educação, saúde; trabalho; seguridade social; infância; infra-estrutura; meio ambiente; agricultura; reforma agrária; urbanização, e planejamento econômico, entre outros.

Os principais objetivos da Rede Brasil são:

- manter um espaço coletivo de socialização de informações e de discussão sistemática sobre as políticas e projetos desenvolvidos pelo Governo brasileiro com recursos financeiros e/ou aporte técnico de IFMs;

- promover a articulação de estratégias de ação comuns frente ao Governo brasileiro - executivo, legislativo e judiciário - e às IFMs;
- contribuir para a democratização dos processos de formulação das políticas públicas no Brasil financiadas por IFMs, através de ampla participação da sociedade civil e do Congresso Nacional;
- exercer influência visando à democratização, participação e transparência dos processos relativos à elaboração e implementação das políticas das IFMs, bem como à transformação da própria estrutura de poder destas instituições.

Mais informações: [rbrasil@rbrasil.org.br](mailto:rbrasil@rbrasil.org.br)

[www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br)

## Notas

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado na *Revista Democracia viva* n.o 19

<sup>2</sup> Membro da Coordenação Executiva da Rede Brasil em 2003

<sup>3</sup> Membro do Conselho Regional de Economia / RJ e membro da Coordenação Nacional da Rede Brasil

<sup>4</sup> Economista do Instituto de Políticas Agrícolas para o Cone Sul

<sup>5</sup>A atual coordenação nacional da Rede Brasil é formada por: Guilherme Carvalho, do Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Hélio Meca, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Magnólia Said, do Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar); Márcio Pontual, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Marcos Faro de Castro, da Rede Brasil; Mário Mantovani, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sílvia Marques Calichio, do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad).

<sup>6</sup> **Entidades filiadas:** Ação Educativa; Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins; Associação Brasileira de ONGs; Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; Associação Global de Desenvolvimento Sustentado; Centro de Assessoria Multiprofissional; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro de Educação e Assessoria Popular; Centro de Pesquisa e Assessoria; Comissão Regional de Atingidos por Barragens; Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu; Confederação Nacional dos Bancários; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Beneficiamento de Cereais e Indústrias do Meio Rural; Conselho Regional de Economia da 11<sup>a</sup> Região; Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro; Coordenação Nacional de Entidades Negras; Coordenadoria Ecumênica de Serviços; Ecologia e Ação; Equipe Educação Popular e Parauapebas; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/Cáceres; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Federação Interestadual de Sindicatos e Engenheiros; Federação Nacional dos Urbanitários; Fórum Bahia Azul; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Fórum da Amazônia Oriental; Fórum de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará; Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Fórum Pró- Conservação da Natureza no Paraná; Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural; Fundação SOS Mata Atlântica; Grupo Ambientalista da Bahia; Grupo de Articulação Cidadania Popular – Centro Josué Castro; Instituto Ambiental Vidágua; Instituto Brasil Central; Instituto Brasileiro de Análises Sócio- Econômicas; Instituto Brasileiro de Inovações Pró- Sociedade Saudável; Instituto de Estudos Sócio- Econômicos; Instituto de Economistas do Rio de Janeiro; Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul; Instituto Polis; Instituto Sociedade, População e Natureza; Instituto Sócioambiental; Instituto Terramar; Instituto Terrazul; Internacional de Serviço Público; Laboratório de Sociologia do Trabalho – UFSC; Instituto de Estudos Ambientais; Movimento dos Atingidos por Barragens – Polo Sindical;

Núcleo Amigos da Terra; Núcleo de Estudos sobre a Sociedade Contemporânea; Rede Cerrado de ONGs; Rede Mata Atlântica; Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural; Sindicato dos Economistas do Distrito Federal; Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania; Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

<sup>7</sup> Ainda que, por outro lado, o governo Lula tenha sido acusado de omissão por não tocar publicamente na questão de violação dos direitos humanos em Cuba.

<sup>8</sup> A transcrição do discurso de posse do presidente Lula pode ser encontrada no portal do Ministério das relações Exteriores ([www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br))

<sup>9</sup> O vice-presidente José Alencar é um símbolo dessa coalizão, ou de sua tentativa pelo menos; os ministros Furlan e Roberto Rodrigues, também.

## **FMI EXPANDE ATIVIDADES POLÍTICAS<sup>1</sup>**

O FMI está reforçando suas atividades de “diálogo” com parlamentares em todo o mundo. Ver o “Informe do Grupo de Trabalho de Diretores Executivos sobre o Fortalecimento da Comunicação com Legisladores Nacionais”, no endereço: <http://www.imf.org/external/np/ed/2004/ecnl/esl/indexs.htm> .

Tal “diálogo” (ou estratégia de cooptação?) é importante para o FMI, em especial porque os parlamentares têm a competência constitucional de supervisionar o processo orçamentário e aprovar reformas econômicas em seus países.

Alguns exemplos de atividades de “diálogo” com parlamentares incluem:

- Funcionários e Diretores Executivos do FMI reúnem-se com parlamentares em suas visitas a países membros e quando parlamentares visitam Washington.
- Em seminários e oficinas realizados em diversos países (Zâmbia, Indonésia, República dos Camarões, Gana, Bangladesh, Sri Lanka, etc.), funcionários do FMI têm discutido com parlamentares sobre os papéis, programas e atividades do Fundo.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado como “Informe RB nº 02/2004” em 12/02/2004 no endereço: <http://www.rbrasil.org.br>.

- Desde 1995, o FMI tem oferecido “treinamento” em um instituto em Viena (Joint Vienna Institute) para parlamentares de países da Europa central e oriental (economias em transição do socialismo para o capitalismo). Esse instituto realizou 18 seminários entre 1995 e 2003.
- O FMI tem participado de conferências na União Inter-Parlamentar.
- O FMI tem colaborado com a Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção.

Embora tais atividades alegadamente visem a melhorar a compreensão do papel do FMI nos diversos países membros, elas fazem parte de uma estratégia para facilitar a implementação dos ajustes estruturais. É freqüente que o FMI concentre seus esforços em parlamentares chaves que sejam titulares de comissões parlamentares.

Isto significa que o FMI está intensificando sua estratégia de “internalização” de suas políticas nos diversos países do mundo. A sociedade civil deve permanecer alerta para que a vontade do povo, expressa mediante o processo eleitoral democrático - e não a vontade do FMI e parlamentares “treinados” pelo Fundo - prevaleça como fonte de critérios para a formulação e implementação de políticas públicas.

Além disso, o FMI interfere na política dos países por outros meios. Um exemplo aparece no livro resenhado na revista Carta Capital. O livro resenhado foi “*A Melhor Democracia Que o Dinheiro Pode Comprar*”, do jornalista Greg Palast\*

---

\* (ver [http://cartacapital.terra.com.br/site/exibe\\_materia.php?id\\_materia=1310&PHPSESSID=b2464a63ad8fd2b8c08d4540eb2ffb83](http://cartacapital.terra.com.br/site/exibe_materia.php?id_materia=1310&PHPSESSID=b2464a63ad8fd2b8c08d4540eb2ffb83)).

Nessa resenha, a revista indica que, segundo apurado por Palast, o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi usado para apoiar a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Segundo Palast, o Secretário do Tesouro americano à época, Robert Rubin, ajudou a manter o real em alta antes da eleição, garantindo a recomposição de reservas cambiais por meio de um empréstimo do FMI, diante de inevitável desvalorização do real após as eleições. Diz um trecho da resenha:

“O real, que seria desvalorizado pesadamente logo depois da vitória eleitoral, escreve Palast, ‘permaneceu em alta antes da eleição porque os Estados Unidos deixaram clara sua intenção de substituir as reservas perdidas por um pacote de empréstimos do FMI’”.

Todos sabem que o FMI foi criado como um organismo para agir na área da economia, e não para interferir no campo da política. No entanto, dada a baixíssima transparência de seus processos decisórios, o Fundo pode até ser usado (indevidamente) para influenciar um processo eleitoral de democracias como a brasileira.

No caso da eleição de Lula, o processo foi um pouco diferente. Não houve apoio ao real durante a campanha. Por que terá sido?

Seja qual for a resposta, uma verdade é que o FMI não deveria ser usado para fins políticos. Não deveria ser aceito que uma organização internacional tenha a capacidade de influenciar o processo democrático em qualquer país.

A única solução para isto é apoiar a adoção de reformas que tornem as instituições financeiras multilaterais (IFMs) como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) mais transparentes e mais democráticas.



## **A DEMOCRACIA BRASILEIRA NOVAMENTE EM XEQUE<sup>1</sup>**

O FMI anunciou ontem oficialmente, mediante publicação da “nota à imprensa” nº 03/217, que a instituição aprovou uma extensão por 15 meses, e aumentou em US\$ 6,6 bilhões, o acordo de crédito stand-by com o Brasil. Ver <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2003/pr03217.htm>.

Embora o anúncio oficial tenha ocorrido ontem, a imprensa – originalmente, ao que consta, a Agência Reuters – havia noticiado o fato no fim de semana de 13-14 de dezembro, sendo o assunto replicado nos jornais em 14-dez.-2003. No dia 16-dez.-2003 (hoje), é publicada, em inglês, também na internet, na página eletrônica do FMI, a Carta de Intenções, assinada em 21-nov.-2003 por Antonio Palocci e Henrique Meirelles, e dirigida ao sr. Horst Kohler (ver <http://www.imf.org/External/NP/LOI/2003/bra/04/index.htm>). Mas qual o papel da opinião pública brasileira nisso tudo? Resposta: papel de mero espectador passivo, ou talvez nem isso.

De fato, surpreende muito que o conteúdo do programa de reformas e os compromissos assumidos pelo governo brasileiro perante o FMI não tenham sido democraticamente debatidos com a sociedade brasileira. A Rede Brasil promoveu, juntamente com a Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, em duas sessões, nos dias 06 e 12 de novembro de 2003, um seminário na Câmara dos Deputados. O tema do seminário era: “Renovar com o FMI: Para Quê?”

Afora esse seminário, não houve qualquer debate público relevante no Brasil sobre as relações do atual governo com o FMI. É um absurdo que as negociações do novo acordo tenham se dado praticamente a portas fechadas, entre alguns técnicos do Ministério da Fazenda e alguns outros do FMI. Isto porque as conseqüências do acordo são de extrema relevância

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado como “Informe RB nº 14/2004” em 16/12/2003 no endereço: <http://www.rbrasil.org.br>.

para a vida dos brasileiros em geral.

É estranho, por exemplo, que a Carta de Intenções comemore o fato de que a política fiscal do governo Lula tenha excedido as metas do acordo celebrado entre o governo anterior e o FMI. Diz a Carta de Intenções, num tom de elogio, que o superávit primário alcançou 5,1% do PIB no final de setembro de 2003 – sem mencionar que isto implicou em restrições na capacidade do Estado de realizar gastos com políticas sociais (saúde, educação, etc.).

A Carta de Intenções ainda anuncia que “o processo de privatização de bancos federalizados foi retomado”. Isto significa que o governo se compromete com o FMI a dar continuidade ao programa, promovido desde o governo FHC, de privatizar bancos públicos (certamente abrangendo agora a privatização dos bancos estaduais que sobram da onda de extermínio: os dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Santa Catarina).

A Carta de Intenções anuncia ainda que o governo se compromete com a aprovação de reformas que dêem “autonomia operacional” ao Banco Central. Mas a quem serve um banco central autônomo? Além disso, a Carta de Intenções ressalta que uma parcela importante de investimentos em infra-estrutura deverão ocorrer sob o esquema PPP (Parcerias Público-Privadas), mecanismo discutível por prever garantias públicas (isto é, garantias que em última instância se extrairão do contribuinte) a investimentos privados.

A Rede Brasil repudia que os métodos adotados pelo governo e pelo FMI para a determinação dos conteúdos das reformas vinculadas às operações de crédito com o Brasil sejam negociações com baixíssimo grau de publicidade e de transparência. As negociações deveriam ser trazidas ao público, ser objeto de apreciação e de amplo debate pelo Congresso Nacional e pela opinião pública brasileira. Não deveriam ser conduzidas por pequenos grupos de técnicos.

O público brasileiro tomou conhecimento por meio da Agência Reuters – e em seguida por documentos em inglês, publicados em página eletrônica do FMI – que o futuro do Brasil foi mais uma vez hipotecado pelo governo em nome de reformas exigidas por organismos internacionais. Mais uma vez, a democracia brasileira sai perdendo. E saem ganhando os interesses que controlam as organizações financeiras multilaterais.